

TOPONÍMIA: CULTURA E PATRIMÔNIO DO RIO GRANDE DO SUL¹

Melissa Heberle Diedrich²

Instituto Federal Sul-rio-grandense - Campus Lajeado,
Lajeado, Rio Grande do Sul, Brasil
Email: melissaheberle@ifsul.edu.br

Neli Teresinha Galarce Machado³

Universidade do Vale do Taquari,
Lajeado, Rio Grande do Sul, Brasil
Email: ngalarce@univates.br

Resumo

A toponímia, que constitui o estudo dos nomes de lugar, apresenta várias potencialidades de aplicações, sejam elas ambientais, cartográficas, geográficas, históricas, linguísticas, políticas ou turísticas, entre outras. Nesse sentido, o presente artigo aborda a ciência toponímica de uma forma multidisciplinar, apoiando-se, em especial, na literatura estrangeira de autores como Dauzat (1947), Encarnação (2008), Jordan (2012), Villalón (2013), Cerrón-Palomino (2015) e Capra et al. (2016). Além desses, autores nacionais como Dick (1990), Albino (2004), Seabra (2008) e, mais recentemente, Eckert (2016) também embasam o atual estudo. Dessa forma, esta investigação, que tem como foco o estado brasileiro do Rio Grande do Sul, em especial o Vale do Taquari e o Vale do Rio Pardo, contempla a origem histórica dos nomes de lugar ou topônimos, bem como o fenômeno das substituições toponímicas ao longo do tempo. Por fim, discute-se o papel da toponímia como um bem imaterial importante do patrimônio ambiental e cultural do estado analisado.

Palavras-chave: Acidente geográfico; Ambiente; Onomástica.

TOPONIMY: CULTURE AND PATRIMONY OF RIO GRANDE DO SUL

Abstract

Toponymy, which is the study of place names, presents various potentialities of applications, be they environmental, cartographic, geographical, historical, linguistic, politics or tourist, among others. In this sense, this article approaches toponymic science in a multidisciplinary way, supporting in particular on foreign literature by authors such as Dauzat (1947), Encarnação (2008), Jordan (2012), Villalón (2013), Cerrón-Palomino (2015) and Capra et al. (2016). Besides these, national authors such as Dick (1990), Albino (2004), Seabra (2008) and, more recently, Eckert (2016) also support the current study. Thus, this investigation, which focuses on the Brazilian state of Rio Grande do Sul, especially the Taquari Valley and the Rio Pardo Valley, contemplates the historical origin of place names or toponyms, as well as the phenomenon of toponym substitutions over time. Finally, the role of toponymy as an important immaterial good of the environmental and cultural patrimony of the analyzed state is discussed.

Keywords: Geographic accident; Environment; Onomastic.

TOPONIMIA: CULTURA Y PATRIMONIO DE RIO GRANDE DO SUL

Resumen

La toponímia, que es el estudio de nombres de lugares, presenta varias potencialidades de aplicaciones, ya sean ambientales, cartográficas, geográficas, históricas, lingüísticas, políticas o turísticas, entre otras. En este

¹ Este artigo compõe a pesquisa de doutorado (em desenvolvimento) da primeira autora.

² Doutoranda do Programa de Pós-Graduação em Ambiente e Desenvolvimento da Universidade do Vale do Taquari.

³ Doutora em Arqueologia pela Universidade de São Paulo, professora e coordenadora do Programa de Pós-Graduação em Ambiente e Desenvolvimento.

sentido, este artículo aborda la ciencia toponímica de una manera multidisciplinaria, basándose en particular en la literatura extranjera de autores como Dauzat (1947), Encarnación (2008), Jordan (2012), Villalón (2013), Cerrón-Palomino (2015) y Capra et al. (2016). Además de estos, autores nacionales como Dick (1990), Albino (2004), Seabra (2008) y, más recientemente, Eckert (2016) también apoyan el estudio actual. De esa forma, esta investigación, que se centra en el estado brasileño de Rio Grande do Sul, especialmente el valle de Taquari y el valle del río Pardo, contempla el origen histórico de topónimos o topónimos, bien como el fenómeno de las sustituciones de topónimos a lo largo del tiempo. Finalmente, se discute el papel de la toponimia como un activo inmaterial importante del patrimonio ambiental y cultural del estado analizado.

Palabras-clave: Accidente geográfico; Medio ambiente; Onomástica

Introdução

Pela necessidade de nomeação e diferenciação, em seu território, o homem utiliza diversas estruturas linguísticas, combinando convenção, identificação e motivação. Porém, à medida que o tempo passa, essa referência adquire caráter opaco, a saber, identifica-se um determinado espaço sem vinculá-lo a um significado, preserva-se o referente e não a informação. Enfim, é dessa forma que os nomes de lugar geralmente permanecem na língua (SEABRA, 2008).

Nesse sentido, verifica-se uma grande relação entre a toponímia e a História, uma vez que a primeira permite a identificação de povos e lugares, bem como da possibilidade de se investigar o significado desses nomes (ENCARNAÇÃO, 2008). Assim, conforme a formação do pesquisador, o campo de estudos toponímicos engloba ainda diferentes áreas, como a Antropologia, a Arqueologia, a Botânica, a Geografia, a Linguística e a Psicologia Social (DICK, 1990; HEBERLE; MACHADO, 2018).

Além disso, considera-se o valor da toponímia para a formação de conceitos, principalmente os relativos a fenômenos e processos geográficos, mesmo porque muitos topônimos locais têm conotação nacional. Esses termos são usados no estudo das paisagens geográficas e das regiões econômicas que dividem os territórios e na sua significação precisam ser considerados vários fatores, em especial os linguísticos, uma vez que por meio da escrita transmitem um significado que resume a história da economia, política e sociedade dos homens que habitaram ou habitam dado lugar (VILLÁLON, 2013, p.80).

Nesse sentido, o presente artigo irá abordar a ciência toponímica, com foco no estado do Rio Grande do Sul, apresentando, inicialmente, a origem histórica dos nomes de lugar ou topônimos, bem como o fenômeno das alterações toponímicas. Após essa descrição, os topônimos serão analisados como bem imaterial importante do patrimônio ambiental e cultural desse espaço geográfico.

Origem dos topônimos

Segundo Eckert (2016, p. 222), “pela toponímia pode-se contar a história de uma região, especialmente se forem observadas as mudanças dos nomes no decurso da história [...]; topônimos podem ser considerados uma marca de identidade regional”. Em relação a isso, Gerhardt (2011, p.81-82), que compreende a toponímia como memória social e fonte de informação, traz como exemplos do Vale do Taquari, no estado do Rio Grande do Sul, as localidades rurais “Ervál de São João”, “Herveiras”, “Herval de Baixo”, Herval do Paredão” e “Pinhal do Herval”, caracterizadas pela presença de terras cobertas por florestas e pelos ervais, as quais “foram apropriadas por meio da grilagem, da legitimação de posse e da exclusão dos posseiros e vendidas em projetos de colonização”.

Em relação à origem toponímica, Kantor (2009, p. 40) apresenta que, ao longo da história, cada conquista de terras estabelecia uma nova toponímia, sendo que as coroas e os conquistadores “outorgavam-se o direito de nomear as terras descobertas”, e invocavam o princípio de que “terras não ocupadas não constituíam direito de propriedade” e de que novos territórios deveriam pertencer aos primeiros ocupantes. A autora complementa que:

Após a Paz de Westfália (1648) – que pôs fim a Guerra dos Trinta Anos e garantiu a Independência das Províncias Unidas –, as reivindicações de posse de novas regiões passaram cada vez mais a exigir a apresentação de descrições geográficas e documentação cartográfica. Nesse aspecto, os mais hábeis em fixar topônimos nos mapas impressos teriam sido os holandeses, com a finalidade de manifestar a posse de um novo domínio.

A pesquisadora ainda questiona “quais teriam sido os modelos culturais que orientaram a atribuição dos topônimos luso-americanos nos registros textuais e cartográficos” e “como fazer a análise dos múltiplos estratos toponímicos fixados em diferentes momentos” (KANTOR, 2009, p. 40).

No que tange à origem dos nomes de lugar, “as sucessivas camadas históricas, sobrepostas, - verdadeiramente análogas às camadas geológicas dos terrenos sedimentares – são bem mais numerosas e mergulham bem mais longe, no passado, do que os nomes de pessoas” (DAUZAT, 1947, p.1). Os topônimos, na sua criação, tiveram origem pela língua falada em uma comunidade, porém passaram por adaptações fonéticas para se integrarem aos idiomas que substituíram o original. Assim, “a toponímia, conjugada com a história, indica ou torna precisos os movimentos antigos dos povos, as migrações, as áreas de

colonização, as regiões onde tal ou tal grupo linguístico deixou seus vestígios” (DAUZAT, 1947, p.7).

Em relação a esses vestígios, Eckert (2016, p. 221), da mesma forma que Gerhardt (2011), também faz menção à toponímia do Vale do Taquari, região ocupada pelo indígena antes da colonização europeia, ao citar como exemplos “os nomes dos municípios de *Paverama* (terra de todos), *Putinga* (tipo de taquara), *Tabaí* (conjunto de casas ao lado do rio), *Taquari* (Rio das Taquaras) e *Muçum* (espécie de peixe)”. Além da herança indígena, o autor recupera influências toponímicas relacionadas à colonização italiana e alemã⁴, ao apresentar o caso de outros municípios do vale:

[...] *Teutônia* e *Westfália*, que fazem referência aos teutos (povo alemão) e à região da Renânia do Norte Westfália, próxima à Holanda, de onde proveio a maioria da população do atual município de *Westfália*. Marcas da colonização italiana nos topônimos da região estão em menor número, talvez por que as terras ocupadas pelos descendentes de italianos já estivessem nomeadas anteriormente, uma vez que a ocupação da região por eles ocorreu depois da presença portuguesa e alemã. Registra-se, no entanto, o topônimo *Nova Bréscia*, numa clara referência à cidade italiana de Bréscia, de onde proveio a maior parte da população inicial do município (ECKERT, 2016, p. 221).

Nesse sentido, Schierholt (2002, p. 45) complementa que vários desses topônimos regionais “foram dados por marinheiros e medidores de sesmarias, sem que se saiba o significado”. Em obra anterior, de 1992, o pesquisador aponta que os topônimos primitivos várias vezes foram designados pelos que utilizavam o Rio Taquari, “único meio de comunicação existente”:

Os práticos de barcos e os marítimos, como então se chamavam os estivadores, identificavam os acidentes geográficos nas margens dos rios (cachoeiras, ilhas, fozes, paredões, passos e portos), com suas características descritivas, com nomes ligados a pessoas e outras localidades assemelhadas. O enorme perau ou paredão podia bem parecer com um escarpado europeu, sobre o qual se erguiam castelos e conventos de frades na Idade Média (SCHIERHOLT, 1992, p. 62).

No caso do Vale do Rio Pardo, também localizado no Rio Grande do Sul, Etges e Seer (1999, p. 92) relatam que a colonização alemã no município de Santa Cruz do Sul e região, que teve início em 1849, marcou a região com topônimos de origem alemã, língua dos colonizadores e imigrantes. Anteriormente, segundo as pesquisadoras, na época da Campanha de Nacionalização do Estado Novo (1937-1945), fora adotado no país o uso

⁴ No Rio Grande do Sul, as etnias emigradas alemã e italiana “se destacaram numericamente”, com maior ocorrência de imigrantes alemães (DICK, 1990; HEBERLE, MACHADO, 2018, p.83).

somente da língua nacional, excluindo-se a língua da região. Assim, “a substituição da toponímia original (expressa em língua alemã) pela de língua portuguesa, na maioria dos casos, não conservou o significado original dos topônimos, ao atribuir aos lugares nomes que não expressavam nenhuma identidade com os mesmos”.

As autoras retomam as descobertas de Virgílio Correa Filho (1950) sobre a influência toponímica que o Brasil sofreu no início do descobrimento. A influência africana, segundo ele, foi menor do que a indígena “pela própria condição de inferioridade imposta aos africanos, acontecendo o mesmo com a influência dos imigrantes procedentes de várias partes da Europa”. O autor, assim, dá destaque à disputa entre a língua indígena e a portuguesa pelo poder de “influência nos topônimos”, com notória vantagem para a primeira:

Objetivando suplantando a cultura indígena pela portuguesa, os colonizadores lusos realizaram, em 1798, substituições na toponímia brasileira, do tupi para o português. A língua mais falada até então era o tupi, o que fez com que, mesmo após essas substituições, a influência indígena só aumentasse, tanto pela miscigenação das duas culturas através do casamento, como pelas próprias expedições ao interior do país, nas quais o número de indígenas geralmente era superior ao de portugueses. Dessa influência indígena temos referências à flora, fauna, minerais e relevo, normalmente topônimos já utilizados há muito pelos índios (ETGES; SEER, 1999, p.93-94).

Em relação a essas influências toponímicas, Kantor (2009, p. 42) complementa que navegadores portugueses, nos séculos XV e XVII, não se preocuparam com o estabelecimento de “marcos toponímicos” como pode ter sido o caso de espanhóis e holandeses. Assim, Sérgio Buarque de Holanda (1962) sugere que nos cento e cinquenta anos iniciais da colonização do Brasil, a designação toponímica ocorreu de forma “fortuita, quase arbitrária, moldada, inclusive, por reminiscências da literatura de cavalaria medieval”. Já Patricia Seed (1999) acredita que portugueses nomeavam os lugares de acordo com as mercadorias negociadas em dada área e, dessa forma, “não teria ocorrido uma imposição de nomes a lugares estrangeiros”.

“Acidentes geográficos, aldeamentos missionários e vilas coloniais apresentam as mais diversas composições entre a onomástica sacra e as línguas indígenas nativas”, essa “hibridização dos topônimos expressa as conexões entre localismo e universalismo católico na era da expansão marítima europeia”. No desenvolvimento da interiorização da colonização portuguesa, sertanistas e missionários “estimularam a adoção de termos tupis e guaranis para designar os acidentes geográficos” (KANTOR, 2009, p. 42-43)

Desde a assinatura do Tratado de Madrid em 1750, além da fronteira naturestabelecida pelos picos das serras e rios, “os demarcadores procuraram fixar uma toponímia que traduzisse o processo de ocupação efetiva do território”; assim, nomes de aldeamentos missionários e povoações passaram a ser “um elemento-chave na definição das fronteiras entre os impérios ibéricos”. Ainda de acordo com a contextualização histórica da autora, “discrepâncias ou discordâncias na designação dos rios e arroios poderiam ter consequências na identificação exata da fronteira natural e humana” (KANTOR, 2009, p. 44-47).

Com a transformação do indígena em súdito, vilas indígenas foram designadas com nomes de cidades e vilas portuguesas, ocorreu o aportuguesamento de sobrenomes e a proibição do uso das línguas nativas, exigindo-se de todos a fala em português. “Obviamente, por trás do debate intelectual sobre os modelos de aculturação civil do indígena, havia uma viva disputa pela exploração das terras, dos recursos naturais, e pelo modo de administrar a mão-de-obra nativa” (KANTOR, 2009, p. 54).

Por fim, Kantor (2009, p. 57) ainda esclarece que “a tupinização dos sobrenomes, dos títulos maçônicos foi um fenômeno correlato ao resgate da toponímia indígena pelas mesmas elites que estavam silenciando os etnônimos indígenas nas cartas geográficas” e foi bem recentemente que a história indígena começou a ser considerada.

Assim, processos de “perda” e “corrupção” de nomes de lugar, bem como sua nova cunhagem ou, em certos casos, intraduzibilidade, como por exemplo os topônimos indígenas, têm como consequência a erosão do patrimônio cultural do lugar. Uma investigação histórica pode demonstrar que topônimos são perdidos, segundo Capra et al. (2016, p.93) devido aos seguintes fatores, únicos ou associados:

- i) uma radical "reconfiguração espacial" da área devido às mudanças induzidas pelo homem nas características ambientais; e ii) um processo de abandono do "topônimo", como consequência do fato de que, ao longo de décadas, topônimos podem cair em desuso devido a alterações sociais, econômicas e ambientais (tradução nossa)⁵.

Os topônimos da paisagem tiveram uma criação breve, imediata, com o objetivo de explicar suas características naturais. Contudo, recentemente, os topônimos com frequência são criados para indicar elementos artificiais de um “sistema intensivamente antropizado do ambiente”. Nomes de lugar não se configuram como estáticos ou imutáveis, mas sim são

⁵ Original: “i) a radical “spatial reconfiguration” of the area due to human-induced changes in the environmental features; and ii) a process of “toponym abandonment” as a consequence of the fact that, over decades, many toponyms can fall into disuse due to social, economic, and environmental changes”.

influenciados por variadas mudanças que envolvem forças humanas e naturais, podendo se ter resultados “imprevisíveis” (CAPRA et al., 2016, p. 100, tradução nossa).

Não é adequado “interpretar os nomes de lugar, unilateral e arbitrariamente, a partir das línguas vigentes na realidade estudada, pois é mais seguro que tais designações sejam sobrevivências de idiomas preexistentes”. Em virtude da análise etimológica, verifica-se que existem topônimos plurilíngues, com diferentes estratos idiomáticos. Outras dificuldades ao se realizar o estudo dos nomes de lugar são as várias acepções atribuídas a um mesmo topônimo por parte de seus proponentes, além da filiação dos nomes e suas adaptações, com particularidades fonológicas e lexicais (CERRÓN-PALOMINO, 2015, p. 187).

A classificação das nomeações originais pode ser feita de acordo com sua formação externa, em que a designação é espontânea, “obra mais ou menos inconsciente” de um grupo, e em outros casos é sistemática, quando ocorre por meio da ação de autoridade, fundador ou conquistador; ou pode ser feita considerando seu sentido intrínseco, em que pode haver empréstimos geográficos (topografia, por exemplo), humanos (como protetor e possuidor), e ainda abstratos ou históricos (DAUZAT, 1947, p. 19-20).

Em relação às designações espontâneas, quando um rio, por exemplo, foi designado pela “voz pública” (situação mais frequente), esse foi nomeado conforme as particularidades de sua topografia (DAUZAT, 1947, p. 21); já as designações sistemáticas, de menor frequência que as anteriores, podem apresentar dificuldades de identificação, pela ausência de “indicações históricas”, e dizem respeito ao território e lugar habitado, sendo o caso mais comum o da criação de cidades (DAUZAT, 1947, p. 36).

Os topônimos, originalmente, retratavam alguma “particularidade do local”, já atualmente escolas, prédios e ruas são designados, merecidamente ou não, por nomes de pessoas. Em um município, por exemplo, “o maior carreirista de cavalos e homem quase analfabeto deu o nome a uma escola; o bandeirante e exterminador de índios, Raposo Tavares, designa uma importante rodovia brasileira” (MÜLLER, 2002, p. 68). Este exemplo confirma o fato de que além, da cultura, a língua também mantém relação com a memória e a identidade. Sobre essa relação, a linguagem, enquanto produto histórico, precisa ser compreendida em seu contexto de produção, “como objeto de mediação que se interpõe entre o homem e o seu entorno, é uma ‘ferramenta’ fundamental para podermos conhecer a memória participativa de uma determinada sociedade, vinculando-nos às suas histórias sociais concretas e suas instituições” (SEABRA, 2008, p. 1957).

Sobre as substituições (trocas de nome), Dauzat (1947, p.41) esclarece que um lugar não permanece sempre com a mesma designação: após as “migrações, invasões, conquistas, os recém-chegados [...] adotam a maioria dos nomes de lugares em uso no país, mas mudam também um grande número introduzindo designações retiradas de sua própria língua”. O autor ainda menciona a atribuição de epítetos, que podem suplantam o topônimo original.

Se, por um lado, é rara a troca de nome de uma pessoa, a geografia apresenta mudanças ao longo da história, como no caso de Brasil (ex-Terra de Santa Cruz) e Rio Grande do Sul (ex-São Pedro do Rio Grande). Outros exemplos dizem respeito a municípios que tiveram o acréscimo “do Sul” para se distinguirem de outros: Santa Cruz, Caxias e Cachoeira. Além desses, o nome oficial pode ter sido alvo de desprezo, como no caso do antigo distrito Corvo (Estrela-RS), que se tornou o município de Colinas (BERGESCH, 2003, p.112).

Em relação a essa questão, Eckert (2016, p.220) exemplifica que, no Vale do Taquari, muitos hagiotopônimos⁶, a saber, topônimos relativos a nomes de santos, desapareceram:

São Gabriel da Estrela passou a ser *Cruzeiro do Sul*; *São Pedro de Encantado* ficou somente *Encantado*; *Santo Antônio da Estrela* abreviou-se para *Estrela*; *Santo Inácio dos Conventos* transformou-se em *Lajeado*; *Gramado São Francisco* tornou-se *Progresso*; *Santo Antônio do Jacaré* virou *Relvado*; *Vila São Joaquim* passou a ser *Tabaí* e *São José do Taquari* reduziu-se a *Taquari*.

Assim, o pesquisador explica que, na maior parte dos topônimos acima, a sua característica diferencial, a exemplo de *Santo Antônio da Estrela*, originou o novo topônimo, *Estrela*. Por outro lado, pontua que também são identificados acréscimos ao topônimo original, como no caso das locuções *Vale* (*Canudos do Vale*) e do *Sul* (*Santa Clara do Sul* e *Bom Retiro do Sul*).

Substituições toponímicas espontâneas são verificadas quando ocorre troca de língua em um território, decorrente de sua conquista ou invasão. Já as substituições sistemáticas podem ter variadas categorizações. Por exemplo, “uma série de nomes, evocando em geral soberanos ou um grande personagem, foram impostos pela autoridade central, ou solicitados por autoridades locais com o objetivo de lisonjear o poder”

⁶ Hagiotopônimos são os topônimos relativos aos santos e santas do hagiológico romano, pertencem à classe dos Hierotopônimos (nomes sagrados), que são nomes de natureza Antropo-Cultural, conforme será abordado na subseção 2.6.4.

(DAUZAT, 1947, p. 46). De acordo com Eckert (2016, p. 221), no Vale do Taquari, isso aconteceu no período do Estado Novo (1935-1945), quando

[...] Bom Retiro teve seu nome trocado para *Inbandava* (águas que correm), depois voltou a ser Bom Retiro, hoje *Bom Retiro do Sul*; Santa Clara passou a ser *Inbuverá* (campo resplandescendente), depois da emancipação ficou *Santa Clara do Sul*; Nova Brésia passou a ser chamada *Tiradentes* em 1938, *Canabarro* em 1944 e em 1950 volta-se ao nome antigo, a pedido da população: *Nova Brésia*.

Para complementar essa lista, Meincke (2011, p. 52), traz exemplos de nomes de picadas⁷ alterados pelo ato nº6, promulgado em 1919 no município de Estrela, após a derrota alemã na Primeira Guerra Mundial, contudo a medida ocorreu somente na documentação oficial, porque os habitantes permaneceram adotando “Linha Krupp” (Paissandu); “Linha Berlim” (Almirante Barroso); “Linha Moltke” (Marechal Mallet); “Linha Friedrich Wilhelm” (11 de setembro) e “Teufelsberg” (Herval). “Nem mesmo a tentativa do pastor Heinrich Brakemeier, na década de 1960, de mudar o nome de Teufelsberg (morro do diabo) para Kirchberg (morro da igreja) mudou a preferência dos moradores”.

“Diversos fatos históricos provocaram substituições. [...] As jovens nações que obtiveram sua independência no final do século XIX ou depois da guerra ressuscitaram antigos nomes inclusive numa intenção nacionalista” (DAUZAT, 1947, p. 49). Da mesma forma, a moda, com interesses materiais, também influenciou tais trocas: muitos lugares, “para atrair banhistas e turistas, acrescentaram epítetos ou complementos a seus nomes primitivos: das Águas, Banhos, do Mar, do Oceano, e também das Ondas [...] ou alguma outra adjunção considerada sedutora” (DAUZAT, 1947, p. 51).

Há ainda a situação das transformações de nomes de lugar, classificadas pelo mesmo autor em:

a) *Mudanças fonéticas*: como a forma do topônimo precisa harmonizar-se com a estrutura linguística, com exceção das palavras importadas, a fonética é um guia seguro para o conhecimento do dialeto da região e que, complementado com a consulta aos documentos históricos, possibilita a reconstituição da “fisionomia” apresentada pelo nome

⁷ Segundo Staub (1986), “são frequentes, em toponímicos nos municípios de São Leopoldo, Montenegro, Caí e Bom Princípio, os constituintes portugueses ‘picada’ e ‘linha’ que são traduções do alemão ‘Schneise’” (ALBINO, 2004, p. 47).

de lugar. Outras situações envolvem a regressão ou falsa regressão, abreviação, supressão e “casos sem explicação” (DAUZAT, 1947, p. 54-58).

b) *Acidentes por analogia ou por cacografia*: quando não são mais discernidos, os elementos compostos do nome de lugar são objeto de “desfigurações”, como no caso do epíteto “santo”, comumente absorvido pelo nome, quando seu culto e lembrança desaparecem (DAUZAT, 1947, p. 61). As cacografias e alterações de origem gráfica afetam a história do topônimo, nem tanto no caso dos nomes de lugares conhecidos ou de cidades, mais no caso de montanhas, riachos e “aglomerações rurais” (DAUZAT, 1947, p.64). Assim, “toda a cartografia moderna e seus anexos estão repletos de erros de nomenclatura, que são frequentemente erros de compreensão e de interpretação” (DAUZAT, 1947, p. 65-66).

c) *Transformações de uma língua a outra*: no momento em que um lugar muda de língua, os topônimos preexistentes, à exceção dos que são substituídos, são assimilados pelo novo idioma, constituindo “fósseis” seguros e “talvez as únicas testemunhas de formações linguísticas desaparecidas”, mas também provocam confusões. Como os topônimos dificilmente entram na língua como eram originalmente, se seu significado é/parece ser aparente, o nome de lugar é traduzido, configurando uma “substituição de forma”, na realidade uma “assimilação semântica” (DAUZAT, 1947, p. 71). As línguas tendem a assimilar topônimos estrangeiros que, aos poucos, entram no “uso comum”, como se constatava “sobretudo antigamente (a fim de conservar a homogeneidade fonética das frases), enquanto hoje em dia se reage a isso cada vez mais, menos por cuidado de evitar alterações linguísticas do que por esnobismo” (DAUZAT, 1947, p. 85).

Em relação a essas transformações de topônimos, Etges e Seer (1999, p. 105) trazem exemplos de situações do Vale do Rio Pardo. As autoras comentam que, nas décadas de 30 e 40, com o aumento das cidades e vilas no Brasil, vários eventos levaram o governo da época a revisar as leis existentes sobre os topônimos, com a criação de regras que “passaram a se ocupar com problemas como nomes iguais para lugares diferentes, grafia incorreta ou mesmo nomes muito extensos, e por outro, proibiram o uso de termos originários de outras línguas, que não a nacional (incluindo a língua tupi), para denominar lugares”:

[...] essas medidas afetaram drasticamente a região de Santa Cruz do Sul, onde os topônimos expressos em língua alemã foram substituídos por outros em língua portuguesa, sem preocupação com tradução fiel, uma vez que o intuito era descaracterizar a insipiente identidade que os descendentes de imigrantes alemães na época tentavam desenvolver com

a região que habitavam. Essa situação foi constatada através de comparações entre os topônimos, como por exemplo, a localidade de Linha Sete de Setembro, município de Santa Cruz do Sul, antiga *Fingerbut*, cuja tradução é Dedal, referência à situação geográfica do lugar, ao qual só se tinha acesso por um único caminho.

Contudo, alguns nomes de origem alemã perpassaram gerações e permanecem até hoje no uso cotidiano dos habitantes do vale. Por exemplo, “Quarta Linha Nova Baixa, por exemplo, ainda hoje é conhecida como *Jammertal*, e Quarta Linha Nova como *Batatenberg*”. Atualmente, o progresso da pavimentação das estradas e a construção de novas vias têm modificado a paisagem regional, “quando comparada com aquela expressa na toponímia original, principalmente aquela baseada em acidentes geográficos”. Além disso, tem ocorrido acréscimo na população rural, áreas e produtos cultivados e consequentes adaptações, como em “Quarta Linha Nova, antiga *Batatenberg* (Cerro das Batatas), onde atualmente a cultura básica é o fumo e o milho” (ETGES; SEER, 1999, p.105-106).

Assim, as pesquisadoras destacam que os nomes de lugar originais traduziam acidentes geográficos, atividades econômicas e culturas marcantes, além das condições de acesso aos locais. Em número menor, expressavam homenagem a características dos habitantes ou a famílias de destaque. Isso “revela a intenção de busca de identidade daqueles imigrantes na nova terra que ocupavam, afirmando sua presença e luta no reconhecimento de uma nova condição, expressa na identificação do lugar habitado através do topônimo” (ETGES; SEER, 1999, p.105-106).

Também em relação à toponímia de Santa Cruz do Sul, Albino (2004, p. 47) destaca a pesquisa de Staub (1986), que verificou que esse município foi o que sofreu a maior influência germânica do Rio Grande do Sul na sua formação toponímica, ao ressaltar que topônimos como “*Hungriger Wolf* (lobo faminto)” ainda são adotados por colonos da região. Esse autor cita ainda a formação de “justapostos híbridos” (constituente alemão + português), como em “*Linie Schweren* (Linha Shwerin)” e “*Alte Pikade* (Picada Velha)”. Já outros topônimos originaram-se de nomes de autoridades ou celebridade da época, como “São Felipe Neri, em homenagem ao tenente coronel Betbeze de Oliveira Nery, Inspetor geral das colônias”.

Existem nomes antigos que nitidamente refletem a toponímia atual, porém a maioria dos nomes geográficos, vários deles indígenas, sofreram alterações ou referem-se a locais ou características “hoje inexistentes, como o capão do seu fulano, ou a árvore de aroeira onde foi fincado um pau” (BARROSO, 2004, p. 121).

Em seguida, dando continuidade ao estudo da origem toponímica, são apresentados alguns topônimos fundadores do estado do Rio Grande do Sul.

O Rio Grande do Sul e seus topônimos fundadores

A cartografia histórica da América “registra, nos primeiros planisférios e atlas, a presença do que viria a ser o Rio Grande do Sul, uma longa e monótona “costa” representada nos mapas que começavam a circular”:

O Rio Grande estava identificado pela barra [...], e o imenso derrame de sedimentos que o rio transporta e descarrega no mar [...] se apresenta como a foz de um rio com grande vazão e alta turbidez das águas, que atraíam atenção dos navegantes e indicavam a foz de um grande rio, certamente sendo a razão da expressão “*rio grandê*”, cuja cristianização, com o acréscimo de *São Pedro*, foi fato posterior (RIO GRANDE DO SUL, 2008, p. 36).

Nessa fase, três acidentes geográficos representaram o que seria o estado, a saber, o Rio Grande, o Rio Martim Afonso de Souza e o Rio Tramandaí. Esse último, reconhecido logo, às vezes foi confundido com o Rio Martim Afonso de Souza e apresentou diferentes nomes (*Tramandy*, *Taramiandiba*, *Taramanbi*, *Taramandabu*, *Taramandi*, *Taemandi*). Já o Rio Martim Afonso de Souza é o atual arroio Chuí. “Essa confusão de localização foi determinada pelo desconhecimento dos mapas antigos, pois era difícil serem obtidos ou quase impossível serem observados diretamente”. Rio Grande e Tramandaí preservaram os nomes originais, contudo Martim Afonso de Souza foi substituído por Chuí (Rio Grande do Sul, 2008, p.36-37).

Aos topônimos fundadores, “âncoras da memória”, somou-se *Patos*, nome encontrado “nos primeiros mapas como área, espaço, região”. Esse topônimo foi uma “denominação de área” que se transformou em “lagoa” e cristalizou-se em “Laguna dos Patos”. Diante dos exemplos, pode-se concluir que

[...] nada mais natural do que na cartografia do conhecimento linear costeiro terem sido identificadas as desembocaduras no Atlântico. Esses “pontos” permitiam a penetração para o interior. Isso é mais significativo considerando a solidão da ampla e imensa planície costeira de modesto relevo. Natural na medida em que identificavam, nessa imensidão, as possibilidades de abastecimento de “*água doce*” ou “potável” (RIO GRANDE DO SUL, 2008, p.37).

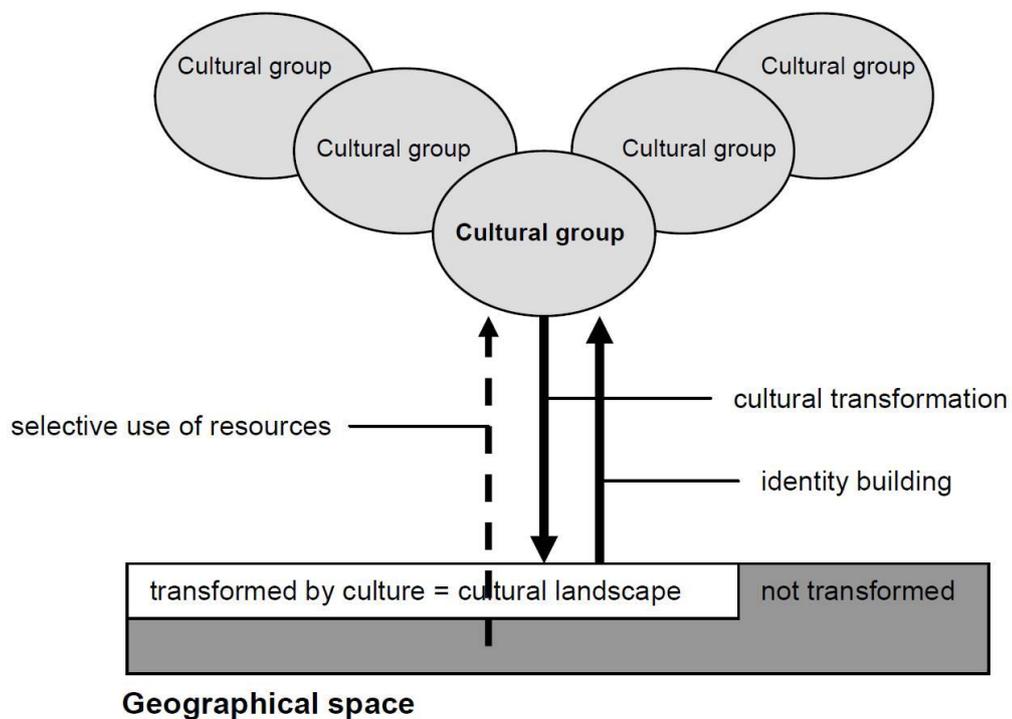
Avançando ainda mais na reflexão sobre os nomes de lugar, a próxima seção apresentará o caráter patrimonial dos topônimos.

Topônimos como patrimônio ambiental e cultural

Os territórios imateriais pertencem “ao mundo das ideias, das intencionalidades, que coordena e organiza o mundo das coisas e dos objetos: o mundo material” (FERNANDES, 2009, p. 211). Assim, os bens culturais intangíveis ou imateriais adquirem papel fundamental na construção das visões de mundo e da natureza passadas, atuais e futuras, uma vez que o conhecimento e a compreensão desses bens revela sentimento de pertencimento, aflora memórias e fortalece laços de identidade. Assim, no tempo contemporâneo, faz-se necessária, cada vez mais, a preservação tanto do ambiente natural como da tradição e da cultura dos diferentes povos (PELEGRINI; FUNARI, 2017).

Nesse contexto, Jordan (2012) localiza o papel dos nomes de lugar em uma identidade espacial construída a partir de uma abordagem geográfico-cultural. Ao apresentar três relações entre cultura de um grupo social e espaço geográfico (a cultura faz uso dos recursos naturais; a cultura reflete-se no espaço e o molda, criando uma paisagem cultural; e um grupo cultural recebe parte de sua identidade por meio da paisagem cultural), o autor pontua que cada paisagem conta uma história pela qual foi moldada (Figura 01).

Figura 01. Relação entre cultura de grupo e espaço geográfico



Fonte: Jordan (2012).

Além disso, os nomes geográficos contribuem para dar forma à paisagem cultural e sustentam a estruturação do espaço, uma vez que existe uma estreita relação entre nome e conceito, porque o nome atribuído a um conceito não pode ser facilmente trocado por outro sem modificá-lo. “Seria até possível afirmar, em geral, que os nomes de lugares identificam locais, se não existissem nomes de lugares em mapas: em mapas um lugar já é suficientemente identificado pelo símbolo cartográfico” (JORDAN, 2012, p.125).

Segundo o teórico, os nomes são portadores de conceitos espaciais e fundamentais para a definição de mapas mentais. Na construção da identidade espacial, os nomes têm a função tanto de rótulos como de apoio para suportar laços emocionais, os quais afetam as pessoas familiarizadas com determinado local, ao causar a sensação de “feeling at home”.

Para o membro de uma minoria, os nomes de lugar em seu idioma em uso oficial (por exemplo, em um poste de sinalização) muitas vezes simbolizam o reconhecimento, uma confirmação para ser aceito pela maioria e estar em casa neste lugar. Por esta razão seria prudente que as administrações pudessem admitir nomes de minorias oficialmente (JORDAN, 2012, p. 129, tradução nossa).⁸

Segundo Seabra (2008), se o nome de lugar corresponde a aspectos naturais e físicos, apresenta transparência semântica, o sentido de seu referente pode ser identificado. A autora cita como exemplos de nomes de lugar com significado transparente até para quem não é da localidade, os topônimos *Água Suja*, *Baixada*, *Barro Branco*. Por outro lado, se o topônimo corresponde às questões psíquicas e culturais de uma região, seu significado não apresenta caráter transparente, podendo ser apagado ou substituído com o passar do tempo. Contudo, se o nome tem vinculação histórica, o sentido se mantém, sendo mais facilmente identificado e recuperado.

Capra et al. (2016, p.89, tradução nossa) conceituam o conhecimento local como aquele que engloba os entendimentos, as habilidades e os saberes desenvolvidos pela sociedade ao longo do seu período de interação com o ambiente. Segundo os autores, os topônimos “podem ser considerados um importante espelho do conhecimento local e das percepções sobre o entorno do espaço vivido”. Assim, não é possível compreender os nomes de lugar somente pelo seu contexto geográfico, com a intenção de atribuir um topônimo a um determinado espaço, pois este representa “uma complexa, objetiva e

⁸ Original: “For the member of a minority, place names in his/her language in official use (e.g. on a signpost) very often symbolise recognition, a confirmation to be accepted by the majority and to be at home at this place. For this very reason it would be wise of administrations to admit minority names officially”.

dinâmica articulação (em termos da conversão de um conceito ou abstração em um objeto) de uma entidade geográfica”, consequência da interação humana, cultural e ambiental.

O conhecimento local é “patrimônio cultural intangível”, composto pela “língua, sistemas de classificação, práticas de uso de recursos, interações sociais, rituais e espirituais” (UNESCO, 2003; 2008). Nesse sentido, os topônimos são consequência do conhecimento local, uma vez que refletem conhecimento geográfico indígena acumulado.

Apesar da perda mundial registrada de topônimos originais, em paralelo com uma dramática perda de línguas indígenas, com mais de 50% de algumas 6700 línguas faladas hoje em perigo de desaparecer (Brozović, 2008), ainda existem alguns (poucos) lugares na terra onde nomes de lugares são relatados, usados e conhecidos em seu estado original ou pseudo-original, apesar das condições linguísticas, históricas e culturais alteradas. Tais locais podem representar uma oportunidade excepcional para a ligação entre o antigo conhecimento local e a aquisição mais recente conhecimento científico [...] (CAPRA et al., 2016, p.90, tradução nossa).⁹

Nesse sentido, a formação de uma cultura toponímica local exige as seguintes atitudes: nomear o objeto ou fenômeno; escrever e localizar corretamente o topônimo; tomar consciência do significado do nome geográfico designado; desenvolver sentimento de identidade ao nome; promover a proteção dos topônimos como parte do patrimônio cultural; evitar os efeitos negativos derivados das nomeações vulgares e incorporar outros nomes aos acidentes que já os tem; e, por fim, divulgar essa toponímia local (VILLALÓN, 2013, p. 82-83).

Segundo Villalón (2013, p.88, tradução nossa), a identidade com o topônimo “tem um aspecto cognitivo que tem a ver com o fazer e conhecer nosso lugar no mundo, e com as urgências econômicas, políticas e sociais existentes, em que intervêm as práticas de acordos de criação e manutenção dos sentimentos de pertencimento”.

“O léxico da língua é o que mais nitidamente reflete o ambiente físico e social dos falantes” (SAPIR, 1969, p.45). Desse modo, “quando se tem à disposição o léxico completo de uma língua, é possível se chegar a conclusões sobre o caráter do ambiente

⁹ Original: “Despite a recorded worldwide loss of original toponyms, in parallel with a dramatic loss of indigenous languages, with over 50% of some 6700 languages spoken today in danger of disappearing (Brozović, 2008), there are still some (few) places on earth where place names are reported, used, and known in their original or pseudo-original form, despite the changed linguistic, historic, and cultural conditions. Such places can represent an exceptional opportunity to investigate the link between the ancient local knowledge and the more recent acquisition of scientific knowledge”.

físico e as características culturais do povo que faz uso dessa língua como língua materna” (CASTIGLIONI; BARROS; ISQUERDO, 2012, p. 147).

Para a identificação e interpretação ambiental deve-se levar em conta que é grande o número de topônimos que expressam peculiaridades botânicas, históricas e geográficas do lugar designado:

As habilidades cartográficas privilegiam o trabalho com o mapa toponímico e o dicionário geográfico centradas na localização e na leitura do mapa. Incluem a identificação de problemas ambientais refletidos através dos topônimos, além de conceber a realização de investigações que demandam a aplicação de instrumentos como encostas, processamento da informação e apresentação dos resultados e habilidades comunicativas para o tratamento da expressão oral e escrita dos topônimos (VILLALÓN, 2013, p. 86, tradução nossa).¹⁰

Assim é que a autora, por fim, comenta sobre a informação ambiental que se pode obter dos nomes de lugar e sobre o fato de que alguns correspondem a situações alocadas no tempo e que no caso de outros o referente que os originou já desapareceu ou desapareceram as condições que favoreciam a sua intenção, sendo necessária a recorrência à memória histórica.

Para ilustrar essa situação, pode-se recorrer a um exemplo de topônimo da região do Vale do Taquari-RS que praticamente desapareceu apresentado por Eckert (2016): *Conventos* (Santo Inácio dos Conventos, Conventos Velhos), o qual hoje em dia constitui nome de bairro do município de Lajeado e está presente no nome de localidade do interior desse (Altos Conventos), porém no passado era o nome do atual município bem como do município de *Roca Sales* (Conventos Vermelhos). O pesquisador explica que sua origem se dá com a vinda do europeu pelos paredões do Rio Taquari, considerado no momento um “lugar ermo, próprio para retiro e refúgio, como se fosse um convento natural” (CHERINI, 2007, p. 230-231).

À título de síntese, o Projeto Nomes Geográficos do Estado do Paraná (PNGPR) caracteriza, dentre várias outras, as seguintes importâncias da toponímia:

- a) folclórica: topônimos influenciam várias manifestações literárias, culturais, e são utilizados em poemas e canções.
- b) geográfica: por meio do topônimo são identificados os acidentes culturais e naturais, relacionando o homem ao seu ambiente espacial.

¹⁰ Original: “Las habilidades cartográficas privilegian el trabajo con el mapa toponímico y el diccionario geográfico centradas en la localización y la lectura del mapa. Incluyen la identificación de problemas ambientales reflejados a través de los topónimos, además de concebir la realización de investigaciones que demandan la aplicación de instrumentos como encuestas, procesamiento de la información y presentación de los resultados y habilidades comunicativas para el tratamiento a la expresión oral y escrita de los topónimos.”

- c) histórica: por meio do topônimo, considerado um “dado histórico”, pode-se compreender aspectos culturais, migratórios, econômicos, espirituais e sociais de uma região.
- d) linguística: o topônimo é considerado um fenômeno da linguagem aplicado a “fenômenos geográficos”, por meio dele o homem nomeia e diferencia os fenômenos culturais e geográficos.
- e) patrimonial: o topônimo constitui um “patrimônio nacional”, acervo histórico e cultural de colonização e conquista.
- f) político-administrativa: o topônimo permite delimitar as referências dos limites de um município, estado e inclusive limites internacionais.
- g) social: topônimos podem guardar um “significado afetivo”, não sendo aceita sua alteração pelos habitantes do espaço, uma vez que representa “para o lugar o que nome próprio é para a pessoa” (GOVERNO DO ESTADO DO PARANÁ, 2008, p. 16-17).

Assim, além da identificação do lugar, o topônimo indica suas características antropoculturais ou físicas (HEBERLE; MACHADO, 2018). Por isso, o nome de lugar atualmente é valorizado como um patrimônio cultural importante de um país, pois revela aspectos de seu povoamento e de sua formação cultural, étnica e linguística, recomendando-se a preservação, o conhecimento e a divulgação do “acervo de topônimos” de determinada comunidade (GOVERNO DO ESTADO DO PARANÁ, 2008, p. 17).

Conclusões

Dessa forma, corroborando o que postula Villalón (2013), pensa-se ser bastante difícil adotar ações para a defesa e proteção dos topônimos sem conhecê-los, ou mesmo sem uma identificação afetiva com esses nomes geográficos. Assim, autoridades, estudantes, pesquisadores, professores e políticos somente adquirirão responsabilidade ante a preservação do patrimônio toponímico ao tomarem conhecimento das potencialidades de suas aplicações, sejam elas ambientais, cartográficas, geográficas, históricas, linguísticas ou turísticas, entre outras.

Nesse sentido, o presente artigo procurou contemplar o estudo da toponímia sob um olhar multidisciplinar, ao destacar a questão da origem histórica dos topônimos e suas substituições ao longo do tempo, bem como ao evidenciar o seu caráter de bem imaterial, como parte importante do patrimônio ambiental e cultural do Rio Grande do Sul.

Referências

ALBINO, L. **A relação da hidronímia com a história social do Paraná:** uma descrição diacrônico-contrastiva. 2004. 267f. Dissertação (Mestrado em Estudos da Linguagem) – Universidade Estadual de Londrina, Londrina.

BARROSO, V. L. M. Portugueses: Continentais e Insulares no Vale do Rio Pardo. In: SEMINÁRIO NACIONAL DE PESQUISADORES DA HISTÓRIA DAS COMUNIDADES TEUTO-BRASILEIRAS (6. : 2002 : SANTA CRUZ DO SUL, RS). **Anais do VI Seminário Nacional de Pesquisadores da História das Comunidades Teuto-brasileiras. Anais do VI Seminário Nacional de Pesquisadores da História das Comunidades Teuto-brasileiras.** São Leopoldo: Oikós, 2004.

BERGESCH, H. **A virada do milênio:** segundo volume. Colinas: O Autor, 2003.

CAPRA, G. F.; GANGA, A.; FILZMOSER, P.; GAVIANO, C.; VACCA, S. Combining place names and scientific knowledge on soil resources through an integrated ethnopedological approach. **CATENA**, Alemanha, v. 142, p. 89-101, julho 2016. Disponível em: <<http://www.sciencedirect.com/science/article/pii/S0341816216300832>>. Acesso em: 1º maio 2017.

CASTIGLIONI, A. C.; BARROS, L. A.; ISQUERDO, A. N. Um olhar sobre a toponímia dos rios em Mato Grosso do Sul. **Antares**, Caxias do Sul, v. 4, n. 8, p.146-157, dez. 2012. Semestral.

CERRÓN-PALOMINO, R. Toponímia andina: problemas y métodos. **Lexis**, Lima, v. 39, n. 1, p.183-197, 2015. Disponível em: <<https://pt.scribd.com/document/366536269/a06v39n1-pdf>>. Acesso em 1º junho 2017.

CHERINI, G. **A origem do nome dos municípios.** Porto Alegre: Imprensa Livre, 2007.

CORREA FILHO, V. Notas sobre toponímia. **Boletim Geográfico.** Rio de Janeiro, 1950.

DAUZAT, A. **Les noms de lieux:** origen et évolution – Villes et villages – Pays – Cours d'eau – montagnes –lieuxdits. 5. ed. Paris: Delagrave, 1947.

DICK, M. V. de P. do A. **Toponímia e Antroponímia no Brasil. Coletânea de Estudos.** 2 ed. São Paulo: FFLCH/USP, 1990.

ECKERT, K. Toponímia, imigração e identidade regional: o caso do Vale do Taquari/RS. In: FROSI, V. M.; MISTURINI, B. **Imigração Italiana:** Estudos e Pesquisas. São Leopoldo: Oikos, 2016b. Cap. 4. p. 209-224.

ENCARNAÇÃO, J. D'. Pela toponímia até a História. In: JORNADAS DE TOPONÍMIA DO SUL, 1., 2008, Portugal. **ACTAS.** Portugal: Europe, 2008. p. 1 - 12. Disponível em: <https://estudogeral.sib.uc.pt/bitstream/10316/26790/1/Pela_Toponímia_até_à_História.pdf>. Acesso em: 27 fev. 2018.

ETGES, V. E.; SEER, M.. Estudo da toponímia como expressão da organização espacial na região de Santa Cruz do Sul/RS. **Redes**, v. 4, n. 4, p. 91-108, 1999.

FERNANDES, B. M. Sobre a tipologia de territórios. **Territórios e territorialidades: teorias, processos e conflitos**. São Paulo: Expressão Popular, p. 197-215, 2009.

GERHARDT, M. Colonos ervateiros: história ambiental e imigração no Rio Grande do Sul. **Esboços - Revista do Programa de Pós-Graduação em História da UFSC**, v. 18, n. 25, p. 73-95, 2011.

GOVERNO DO ESTADO DO PARANÁ. . **Projeto Nomes Geográficos do Estado do Paraná (PNGPR): "Toponímia passo a passo"**. Curitiba: Governo do Estado do Paraná, 2008.

HEBERLE, M.; MACHADO, N. T. G. As contribuições de Dick para o estudo da toponímia brasileira. **Antares: Letras e Humanidades**, Caxias do Sul, v. 10, n. 21, p.70-85, dez. 2018.

HOLANDA, S. B. de. Herança colonial: sua desagregação. In: _____. **História geral da civilização brasileira: o Brasil monárquico**, 1. São Paulo: Difel, 1962. p. 9-39.

JORDAN, P. Place names as ingredients of space-related identity. In: B. Helleland, C.-E. Ore & S. Wikstrøm (eds.) **Names and Identities, Oslo Studies in Language**, Noruega, n. 4(2), p. 117-131, 2012. Disponível em: <<https://www.journals.uio.no/index.php/osla/article/view/314>>. Acesso em 1º maio 2017.

KANTOR, I. Cartografia e diplomacia: usos geopolíticos da informação toponímica (1750-1850). **Anais do Museu Paulista**, São Paulo, v. 17, n. 2, p.39-61, dez. 2009. Semestral.

MEINCKE, S. **Horizontes e raízes: histórias de sesmarias e de picadas**. São Leopoldo, Oikós, 2011.

MÜLLER, A. L. A origem dos sobrenomes alemães. In: SEMINÁRIO NACIONAL DE PESQUISADORES DA HISTÓRIA DAS COMUNIDADES TEUTO-BRASILEIRAS (4;5. : 2002 : SANTA CRUZ DO SUL, RS). **Anais do IV e V Seminário Nacional de Pesquisadores da História das Comunidades Teuto-brasileiras. Anais do IV e V Seminário Nacional de Pesquisadores da História das Comunidades Teuto-brasileiras**. Lajeado: Associação N. P. H. C. T., 2002.

PELEGRINI, S.; FUNARI, P. P. **O que é patrimônio cultural imaterial**. Brasiliense, 2017.

RIO GRANDE DO SUL. INSTITUTO HISTÓRICO E GEOGRÁFICO DO RIO GRANDE DO SUL. **A natureza na cartografia histórica do Rio Grande do Sul: mapas históricos ambientais do Rio Grande do Sul**. Porto Alegre: Metrópole, 2008. 224 p.

SAPIR, E. Língua e ambiente. **Linguística como ciência**. Rio de Janeiro: Livraria Acadêmica, 1969, pp. 43-62 (trad. J. Mattoso Câmara Jr.).

SCHIERHOLT, J. A. **Estrela**: ontem e hoje. Lajeado: O Autor, 2002.

_____. **Lajeado I**: povoamento, colonização e história política. Lajeado: Prefeitura Municipal, 1992.

SEABRA, M. C. T. C. de. Referência e Onomástica. In: **Múltiplas Perspectivas em Linguística**. MAGALHÃES, J. S. de; TRAVAGLIA, L. C. (org.). Uberlândia: Edufu, 2008, p. 1945-1952. Disponível em: http://www.filologia.org.br/ileel/artigos/artigo_442.pdf. Acesso em: 27 de mar. 2016.

SEED, P. **Cerimoniais de posse na conquista europeia do Novo Mundo**. Trad. Lenita Esteves. São Paulo: Unesp, 1999.

STAUB, A. A formação de topônimos em Santa Cruz do Sul. In: **IV Encontro de Variação Linguística e Bilinguismo na Região Sul**. Anais do...Porto Alegre: UFRGS, 1986.

UNESCO. **Convention for the Safeguarding of the Intangible Cultural Heritage**. UNESCO, Paris, 2003.

_____, 2008. **Strong Roots for Sustainable Development. Local and Indigenous Knowledge Systems**, Disponível em: <http://www.unesco.org/new/fileadmin/MULTIMEDIA/HQ/SC/images/pub_LIN_KS_roots.jpg>. Acesso em: 02 mar. 2017.

VILLALÓN, Georgina. Estrategia para la formación de la cultura toponímica local desde el proceso educativo escolar en secundaria básica. **Revista Iberoamericana de Evaluación Educativa**, Madri, v. 6, n. 1, p.77-94, 2013.

Submetido em: outubro de 2019.

Aceito em: dezembro de 2019.